



ENTREVISTA

“Governo podia baixar IVA de imediato para enfrentar subida do preço dos combustíveis”

Em entrevista ao Económico Madeira, o novo líder do PS regional, Sérgio Gonçalves, defende que o Executivo de Miguel Albuquerque deveria baixar já o IVA para 16%, ao invés de esperar que seja autorizada a descida para 12%. Redução de impostos depende “única e exclusivamente” do Governo regional, argumenta o líder do PS, numa altura em que cresce a contestação na Madeira face à subida dos preços dos combustíveis. ■ P4

Grupos hoteleiros traçam novos caminhos para a recuperação

Com os números de dormidas ainda 25% abaixo dos que se registavam antes da pandemia, as cadeias hoteleiras da Madeira estão a trabalhar em novas estratégias para a recuperação da atividade. Leia a reportagem e a análise nesta edição. ■ P10

Vistos ‘gold’ captaram dois milhões de euros em investimento desde janeiro

Dados oficiais consultados pelo Económico Madeira revelam que foram concedidas apenas quatro autorizações de residência na Madeira, ao abrigo do programa de vistos ‘gold’. Exclusão de Lisboa e Porto do programa abre possibilidades para a região. ■ P8

CRISE DOS COMBUSTÍVEIS

Preços do gasóleo e gasolina vão continuar a subir mesmo que a guerra termine

Especialistas ouvidos pelo EM consideram que será de esperar grande volatilidade nos preços nos próximos meses. ■ P6

START UP

Newfood lança novo suplemento prebiótico e prepara abertura em Lisboa



Irénio Camacho
Fundador e gerente da Newfood

Empresa madeirense de suplementos alimentares prepara lançamento de novo prebiótico e abertura de armazém em Lisboa. ■ P13

GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CEO da EAD alerta: Madeira precisa de mais arquivistas, área onde “não há desemprego”



Paulo Veiga
CEO da EAD

GUERRA NO LESTE DA EUROPA

Governo regional garante alojamento a 91 refugiados ucranianos ■ P2

ENSINO SUPERIOR

Universidade da Madeira lança MBA em gestão de empresas turísticas

Coordenador do curso diz que este visa melhorar qualificações dos quadros intermédios das empresas de turismo da região. ■ P16

EDITORIAL

A economia que pesa no bolso das pessoas



Filipe Alves
Diretor

Sérgio Gonçalves tem pela frente a tarefa difícil de reconstruir o partido após a derrota nas últimas eleições regionais. O PS Madeira precisa de sarar as feridas, extrair as devidas lições dos resultados eleitorais, encontrar um mínimo denominador comum entre as diferentes tendências no seu seio e assumir o seu papel como principal partido da oposição na Região. Não será uma tarefa fácil.

Durante décadas, o PS teve dificuldades em afirmar as suas credenciais do ponto de vista da política económica, na Região. Tal é o expectável numa economia da dimensão da madeirense, onde existe uma grande dependência das empresas e da economia em geral face ao Governo regional. Sendo o partido do poder desde o início da Autonomia, o PSD sempre esteve melhor posicionado em temas como o investimento público, as políticas de crescimento económico ou a atratividade do regime fiscal. Nos últimos anos, o PS Madeira tentou mudar este estado de coisas com propostas em áreas como a economia do Mar, a reabilitação urbana e a inovação, mas não foi suficiente para vencer as eleições regionais e manter a câmara do Funchal, talvez porque são temas que o comum cidadão não sente diretamente no seu bolso (ou assim pensa).

Porém, a situação que o mundo atravessa, com evidentes e crescentes reflexos nos bolsos dos cidadãos e nas contas das empresas, permite ao PS Madeira marcar pontos na área económica. Na entrevista que pode ler nesta edição do EM, o novo líder do PS regional, Sérgio Gonçalves, critica Miguel Albuquerque por não aproveitar a possibilidade de reduzir já o IVA dos combustíveis para 16%, argumentando que há margem para o fazer. A forma como o Governo regional lidar com este tema que tem impacto nas vidas de todos os madeirenses poderá revelar-se decisivo para a evolução da relação de forças entre PSD e PS na Madeira. ■

GUERRA NA UCRÂNIA

Governo fornece alojamento a 91 cidadãos ucranianos

Dos 326 cidadãos ucranianos que se encontram na região, 91 estão em alojamentos temporários, ao abrigo da emergência social ou através de famílias que cederam alojamento.

CAROLINA GONÇALVES SOUSA
cisousa@jornaleconomico.pt

De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 326 refugiados ucranianos fugidos da Guerra no seu país encontram-se na região. A Secretaria Regional da Inclusão e Cidadania (SRIC) tem a responsabilidade de alojamento de 91 dessas pessoas. Dessas, 53 pessoas estão alojadas em casas de famílias voluntárias na comunidade, 15 estão no Centro de Juventude do Pico dos Barcelos e 23 permanecem em Unidade Hoteleira, ao abrigo da emergência social.

“Os cidadãos ucranianos que solicitam apoio para alojamento são colocados, ao abrigo da emergência social, em locais designados pelo Instituto de Segurança Social da Madeira. Este alojamento temporário é feito ao abrigo da emergência social e, neste momento, decorre a transição destes cidadãos e agregados familiares para as casas de famílias voluntárias, na comunidade”, avança Rita Andrade, secretária regional de Inclusão e Cidadania, ao Económico Madeira.

No que diz respeito aos restantes 235 cidadãos ucranianos que se encontram na Madeira, a SRIC não dispõe de informação, pelo que é assumido que estejam em casa de amigos ou familiares.

Quando à capacidade da região em acolher mais refugiados num cenário em que o conflito na Europa de Leste venha a se manter, Rita Andrade diz que “tendo em conta o contexto atual, em que é impossível prever o fluxo de refugiados que poderão estar a chegar à região, não conseguimos avançar com previsões do número que é possível acolher. O que podemos assegurar é que, tal como tem vindo a acontecer até à data, os cidadãos ucranianos que cheguem à região não irão ficar desprotegidos, procurando a cada momento, encontrar as soluções mais adequadas para responder às suas necessidades”, garante, afirmando ainda que o compromisso do Governo Regional “é o de continuar a apoiar os cidadãos ucranianos que chegam à região e trabalhar continuamente de forma que estes refugiados de guerra se sintam acolhi-



Fabrizio Bensch/Reuters

dos e apoiados por toda a população e por todas as instituições, públicas ou privadas.

A SRIC está ainda a analisar a possibilidade de encontrar um centro de acolhimento temporário de emergência, num espaço de cariz comunitário, “porque há famí-

A Secretaria Regional de Inclusão Social avança que 54 famílias já se inscreveram para voluntariar as suas habitações ou quartos para acolher cidadãos ucranianos fugidos da guerra

lias que preferem estar acompanhadas por outras famílias nas mesmas condições, apoiando-se assim mutuamente”, considera.

Neste momento, os cidadãos ucranianos que pedem apoio para alojamento são colocados, em locais designados pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, e 54 famílias responderam a um questionário providenciado pela SRIC para voluntariarem as suas habitações ou quartos para acolher estes cidadãos. “Todas as casas disponibilizadas são previamente avaliadas por uma equipa do Instituto de Segurança Social da Madeira, que verifica a sua adequação ao fim que se destina, as condições de habitabilidade, as características da habitação, entre outros aspetos, de forma a poder depois ser feita a integração do agregado familiar que

mais se adequa à tipologia do imóvel em questão”, esclarece a secretária regional da Inclusão, Rita Andrade, e acrescenta: “temos muito que agradecer a todas as pessoas que prontamente manifestaram a sua solidariedade para com o povo ucraniano desta forma”.

Existem também uma unidade hoteleira que disponibilizou quartos e alimentação a estas pessoas “por valores muito inferiores aos de mercado”, informa a governante. Foi ainda fornecido o Centro de Juventude do Pico dos Barcelos como um novo espaço para alojamento de cidadãos ucranianos, a título provisório, visto ser um espaço que originalmente se destina a acolher estudantes do programa ERASMUS, sendo que apenas estará disponível até à chegada destes estudantes. ■

FICHA TÉCNICA

Publicado mensalmente na primeira sexta-feira de cada mês. Propriedade - Megafin Atlantic - Sociedade Editora SA. Registo na ERCS nº. 126936. NIPC 514101989. Nº Depósito Legal: 422057/17. Acionistas detentores de mais de 5% do capital - Luís Figueiredo Trindade (84%), Megafin Sociedade Editora SA (10%) e Filipe Alves (6%). Sede e redação - Rua Conde Carvalhal, 53, 9060-011 Funchal. Diretor - Filipe Alves. Subdiretores - André Cabrita Mendes, Nuno Vinha, Leonardo Ralha e Lígia Simões. Diretor de Arte - Mário Malhão. Editora Online Mariana Bandeira. Redação - Ruben Pires (Coordenador), Laura León e Almerinda Romeira. Paginação - Rute Marcelino / O Jornal Económico. Informática - Rogério Júnior / O Jornal Económico. Área comercial - Cláudia Sousa (diretora). Área financeira - Ana Rita Silva. Administração - Luís Figueiredo Trindade. Impressão - Empresa Gráfica Funchalense SA, R. Capela Nossa Senhora da Conceição, 2715-511 Morelena. Distribuição - Vasp - Distribuidora de Publicações, SA - Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Aqualva, Cacém. Tiragem - 10.500. Nenhuma parte desta publicação, incluindo textos, fotografias e ilustrações, pode ser reproduzida por quaisquer meios sem prévia autorização do editor. Estatuto Editorial disponível em www.economicomadeira.pt

OPINIÃO

O fim do desastre



Tiago Freitas

Especialista em Assuntos Europeus

Quando, no início de janeiro de 2018, Rui Rio assumiu a liderança do PSD, o partido atravessava um momento de indefinição no seu posicionamento político e estratégico. Depois de mais uma missão patriótica, consubstanciada nos mais difíceis 4 anos e três meses da democracia portuguesa (pós período revolucionário), o partido de Sá Carneiro via-se na ingrata posição de, tendo conseguido ganhar as eleições, não obstante as medidas impopulares que teve de tomar, algumas delas em contracorrente com o projeto político que tinha para Portugal (que preconizava menores taxas tributárias, maior base tributária) como o aumento de impostos, viu-se atirado para a oposição como consequência de uma coligação negativa formada por partidos de esquerda, que se odeiam entre si, mas que demonstraram naquele momento ter um ódio ainda superior pelos preceitos e tradições democráticas.

Pior, Passos teve de assistir ao colher por outrem dos frutos que plantou, suportando uma propaganda fandanga alicerçada em pressupostos e justificações macroeconómicas totalmente ultrapassadas, como a de que a aceleração da devolução de rendimentos era a responsável pelo crescimento económico que, aliás, já se iniciara nos dois últimos exercícios do seu mandato (2014 e 2015), e não na revolução Schumpeteriana que o tecido económico português teve de enfrentar durante aquele duro processo.

Passos teve o pecadilho de não perceber que “o que não tem remédio, remediado está”. Esperar pela queda de um Governo cujas variáveis jogavam todas a favor, foi o seu maior erro político, em mais de 30 anos de atividade pública. E, obviamente, ele não era a pessoa indicada para ser o rosto da oposição, até pelo seu perfil eminentemente mais executivo.

Na ressaca da derrota de 2017, o PSD viu-se a braços com uma crise de sucessão, fazendo lembrar as mudanças dinásticas da idade média e do

renascimento portugueses. Ninguém que realmente corporizasse o futuro do centro-direita quis enfrentar um Governo socialista no auge da sua popularidade, tendo-se apresentado a jogo dois sessentões em momento de indefinição da sua carreira política. Acabou por ganhar Rui Rio, um ex-autarca com uma aura de seriedade, que prometeu dar “um banho de ética” à política portuguesa. Uma proclamação que não foi de circunstância, pois já a havia referido em 2015, voltando a sublinhá-la no final de 2018.

A verdade é que, tendo-se remetido a um profundo e doloroso silêncio entre janeiro e fevereiro de 2018, logo após a sua eleição, deixando a oposição ao governo socialista totalmente à deriva, Rio mostrou ao que vinha. Tudo aquilo que é a lógica partidária foi subvertida. E quem considerava que isso era necessariamente bom, percebeu imediatamente que a arquitetura e geometria políticas existem como resultado de décadas de práxis, e que há sempre espaço para fazer pior.

Rio somou às anteriores indefinições que encontrou (posicionamento político e estratégico) as de natureza ideológica, orgânica e até de militância. Como resultado surgiram mais dois novos partidos no espaço à direita do PSD, construídos na sua vasta maioria por ex-militantes laranjas, ávidos por ocu-

par uma área no espectro político que Rio sucessivamente repudiou. Assim como também repudiou quem o criticava, abrindo a porta de saída a todos aqueles que verbalizavam o óbvio: Que a sua liderança iria provocar a fragmentação do centro-direita e da direita políticas, originando a que, no futuro, fosse impossível ao PSD obter sozinho maiorias absolutas e, pior, transformando o então maior partido português, da classe média, dos pequenos empresários, dos profissionais qualificados e liberais, numa oferta eleitoral ruralizada, ultraconservadora, estagnada.

Rio optou por uma liderança centralizada em si próprio, pouco programada, baseada essencialmente em “feelings” pessoais. Eu não sou daqueles que desmerece a argúcia política, marca d’água dos líderes carismáticos. E mesmo esses, aqueles que além de serem carismáticos são também grandes líderes (pois não são forçosamente sinónimos) seguem uma metodologia profissional, programada, estruturada. Mas nada pode ser mais constrangedor e desastroso do que alguém que não tem o “toque churchilliano” achar que o tem, e depositar toda a sua ação política nessa premissa.

Não vos vou maçar com os continuados episódios de desastre político por parte de Rio, de que a perda da deputada pelo círculo da Europa foi a cereja no topo do bolo.

O PSD precisa de se organizar rapidamente, até porque o líder que se segue pode muito bem não ser de transição como todos achávamos, após o inequívoco aviso de Marcelo na tomada de posse do Governo. Se Costa sair para Presidente do Conselho Europeu a meio de 2024, o governo cai.

Pensam os meus amigos “mas Costa não vai deixar cair o seu governo, pois priorizará o interesse do partido e do país à frente da sua carreira política”. Devo relembrar que Costa, fazendo tábua rasa dos preceitos e tradição democrática portuguesas, abrindo uma caixa de pandora que já originou a inclusão do CHEGA no Governo do Açores, e desconfiando nós que o pior ainda pode estar para vir no que concerne a coligações negativas, transformou o seu estatuto de demissionário secretário geral do PS em primeiro Ministro, priorizando exclusivamente o seu interesse pessoal? Os próximos do anos serão divertidos, felizmente sem Rio. ■

Rio optou por uma liderança centralizada em si próprio, pouco programada, baseada essencialmente em “feelings” pessoais

O Jornal Económico não mudou,

O conhecimento de sempre, agora com uma experiência de leitor personalizada, edição diária digital e convergência de formatos.

transformou-se.

Descubra a melhor forma de estar informado em jornaleconomico.pt



O conhecimento transforma.

ENTREVISTA | SÉRGIO GONÇALVES | presidente do PS Madeira

“Defendemos o esgotamento do diferencial fiscal no IRS e IVA”

O presidente do PS Madeira diz que a redução dos impostos depende “única e exclusivamente” do executivo madeirense, e que este não o faz por falta de vontade.

RUBEN PIRES
rpires@jornaleconomico.pt

Desde 19 de fevereiro que Sérgio Gonçalves passou a ser o novo presidente do PS Madeira. Em entrevista ao Económico Madeira defende o esgotamento do diferencial fiscal no IVA e no IRS, e diz que o Governo Regional possui mecanismos para o fazer, mas que não o faz por falta de vontade.

Sérgio Gonçalves reforça que aplicar o diferencial seria fazer bom uso da autonomia e usar a autonomia em defesa dos interesses da população.

Sobre as críticas do antigo presidente do PS Madeira e da Câmara do Funchal, Paulo Cafófo, a Miguel Gouveia, seu antigo vice-presidente na autarquia, relativas à estratégia para as autárquicas, que levou à perda do poder, Sérgio Gonçalves diz que “é uma opinião pessoal”, e salienta que Miguel Gouveia terá todo o apoio e todas as condições do PS para desempenhar as funções enquanto vereador na Câmara Municipal do Funchal.

Temos tido aumento da inflação, na energia, nos combustíveis. Que soluções tem o PS para esbater os efeitos sobre as famílias e empresas?

Nós temos no âmbito do roteiro ‘Compromissos e Soluções’ visitado várias empresas e instituições e há de facto um problema neste momento com os custos acrescidos não só de matérias primas mas também com os custos de energia, ou seja com os fatores de produção e que tem afetado muitas das empresas da região.

Visitamos uma empresa [Socipamo] que viu os seus custos aumentarem entre 20% a 40% e naturalmente isto depois tem impacto nos preços de venda finais aos clientes. E esta situação tem impactado também as pessoas.

Todos os madeirenses sentem o aumento dos preços dos bens e também têm sofrido com o aumento dos preços dos combustíveis.

Aquilo que temos defendido em termos de soluções passa muito por algo que o Governo Regional pode agir de imediato que é a questão de reduzir os impostos.

Nós sabemos que em termos de rendimento disponível das famílias uma redução em termos de IRS da-

ria maior capacidade aos madeirenses de responder a este aumento de preços e neste momento aquilo que temos na região por comparação aos Açores é que em cinco dos sete escalões do IRS os madeirenses pagam mais IRS e o Governo Regional poderia aplicar o diferencial fiscal de IRS e reduzir este imposto.

Por outro lado em sede de IVA a redução traria benefícios.

Defendem o esgotamento do diferencial fiscal em todos os impostos?

Quer em sede de IRS quer em sede de IVA. No IVA é importante referir que neste momento, se olharmos para o exemplo dos combustíveis, os combustíveis neste momento estão no escalão máximo, na taxa normal de IVA, que na Madeira é de 22%

E o Governo Regional tinha poderes para no imediato reduzir de 22% para 16%.

Como é que viu aquela manifestação de interesse por parte do presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, de baixar a taxa do IVA nos combustíveis de 22% para os 12%?

Aí é que está. Não foi uma manifestação de interesse por parte de Mi-

guel Albuquerque. Foi tentar enganar os madeirenses. É que neste momento o que Miguel Albuquerque pode fazer, e o seu Governo, é reduzir a taxa de IVA de 22% para 16% aplicando o diferencial máximo à taxa normal que se aplica nos combustíveis.

Sem qualquer influência da República?

Sem qualquer influência por parte da União Europeia ou da República. Só depende única e exclusivamente do Governo Regional ao abrigo daquilo que são as suas competências e da Lei das Finanças Regionais que está em vigor.

Paralelamente existe um pedido de Portugal à Comissão Europeia para que temporariamente se aplique a taxa intermédia aos combustíveis em vez da taxa normal. O que significa que em vez de se aplicar a taxa normal de 22% se aplicaria a taxa de 12%.

Mas ainda assim se o Governo Regional esgota-se o diferencial fiscal a taxa que se aplicaria não seria de 12% mas sim de 9%.

E portanto a conjugação das duas medidas por um lado aquilo que é a possibilidade do Governo Regional em aplicar o diferencial fiscal máximo que faz com que a taxa normal passe de 22% para 16% e com que a intermédia passe de 12% para 9% associada à eventual autorização da Comissão Europeia para que se passe a aplicar a taxa intermédia nos combustíveis significaria que passaríamos de 22% para 9%.

Agora em resumo neste momento sem qualquer intervenção da República ou da União Europeia Miguel Albuquerque poderia reduzir o IVA dos combustíveis de 22% para 16%.

E isto teria um efeito na ordem dos seis centimos por litro aos preços atuais quer na gasolina quer no gásóleo.

Como é que por um lado Albuquerque está aberto a baixar a taxa de IVA para os 12% e não baixa para os 16%?

Lá está. A grande questão aqui não é Miguel Albuquerque estar aberto a baixar a taxa. Miguel Albuquerque não vai fazer nada. A questão é que Albuquerque e o seu Governo, não aplicam o diferencial fiscal que podem aplicar, teimam em não reduzir os impostos sobre os madeirenses e aguardam por uma decisão

do Governo da República, um pedido que foi feito à Comissão Europeia, e caso essa autorização seja dada a Portugal e ao Governo da República automaticamente sem qualquer intervenção de Miguel Albuquerque o IVA dos combustíveis passa a ser de 12% que é a taxa intermédia que vigora atualmente na Madeira.

Portanto não há intervenção nenhuma de Miguel Albuquerque. Aquilo que há é por um lado uma resistência em aplicar o diferencial fiscal e depois uma tentativa de aproveitamento daquilo que será uma medida nacional autorizada pela União Europeia, que automaticamente fará com que a taxa que se aplique na Madeira deixe de ser de 22% e passe a ser a de 12%.

Se Miguel Albuquerque tivesse efetivamente vontade, enquanto se aguarda pela autorização os madeirenses já poderiam pagar 16% em vez de 22%, e no futuro em vez de pagarem 12% poderiam pagar 9% com o esgotamento do diferencial fiscal no IVA.

E isto tem efeito para as pessoas, quando vão atestar as suas viaturas, na sua vida do dia-a-dia, e também para as empresas porque a energia é um fator de produção muito importante.

E haverá reflexos não só para todas aquelas empresas que utilizam combustíveis nas suas unidades mas também por via dos aumentos, se continuar a se verificar a escalada dos preços da energia elétrica indiretamente também vão ser refletidos nas faturas aos consumidores e às empresas.

Aquilo que o PS tem defendido, e é preciso recordar que nós temos a região mais pobre do país, com a mais alta taxa de risco de pobreza e de exclusão social. E somos também a região do país com mais baixo poder de compra.

E quando nós defendemos a aplicação do diferencial fiscal máximo de IVA que faz com que as taxas deixem de ser de 5%, 12% e 22% e passem a ser de 4%, 9%, e 16% é não apenas para os combustíveis mas para todos os bens e serviços realizados ou adquiridos na região.

Nós temos de criar, através de um mecanismo que está à disposição do Governo Regional, melhores condições para tentar de alguma forma mitigar aquilo que é o mais baixo poder de compra do país, enquanto região.



O diferencial fiscal existe para compensar a região, e os madeirenses, dos sobrecustos da insularidade, da ultraperiferia, e do facto de tudo aquilo que é produzido e consumido na região ter associado um custo de transporte que no Continente não existiria



Foto cedida

E é por isso que o próprio diferencial fiscal existe. O diferencial fiscal existe para compensar a região, e os madeirenses, dos sobrecustos da insularidade, da ultraperiferia, e do facto de tudo aquilo que é produzido e consumido na região ter associado um custo de transporte que no Continente não existiria. O diferencial fiscal existe por este motivo e deve ser aplicado e isso sim seria fazer bom uso da autonomia e usar a autonomia em defesa dos interesses de toda a população da região.

No seu entender a Madeira tem massa crítica suficiente para desenvolver esse novo modelo de desenvolvimento que apregoa?

Sim. Porque é preciso não esquecer que essa mudança de políticas além de criar um ambiente favorável à inovação, à qualificação, traria também incentivo a que mais pessoas se fixassem na região.

Nós temos ao longo dos últimos dez anos verificado a saída de mais de 17 mil pessoas. Na sua maioria jovens adultos formados que saem da região por falta de oportunidade.

Seria uma forma de reter cá talento, de reter essas pessoas e gerações futuras. Por outro lado atrairia pessoas porque naturalmente que um mercado que gere emprego qualificado, e melhores salários, atraem também pessoas e ajuda a questão demográfica.

E nós vemos aquilo que se passa por exemplo com os nómadas digitais. Nós temos nómadas digitais, pessoas que podem exercer ou desempenhar as suas funções a partir da região. O que nós queremos efetivamente é deixar de ter nómadas digitais e passar a ter residentes digitais e ter pessoas que se fixem na Madeira, que constituam cá família, que criem cá as suas empresas, desenvolvam as suas atividades, paguem cá os seus impostos e contribuam para aumentar essa tal massa crítica para ter esse modelo de desenvolvimento e de crescimento que preconizamos.

E como viu as declarações do antigo presidente do PS Madeira, Paulo Cafôfo, sobre aquilo que foi a estratégia nas autárquicas, para a Câmara do Funchal, onde acabaram por perder o poder, em que lançou duras críticas a Miguel Gouveia, candidato independente que formou uma coligação onde o PS esteve incluído, e que foi vice-presidente de Paulo Cafôfo na Câmara Municipal do Funchal?

O PS é um partido plural, que respeita e permite que todos os seus militantes expressem as suas opiniões. Naturalmente que aquilo que é a opinião do antigo presidente Cafôfo é uma opinião pessoal, é uma opinião que o vincula a ele, e sobre a qual não me compete tecer quaisquer comentários.

Aquilo que posso garantir é que esta abertura e esta liberdade de opinião é, e sempre foi, uma característica do PS Madeira. Continua-

rá a ser ao longo deste mandato. Todos os militantes têm o direito de exprimir as suas opiniões, de dar os seus contributos, e continuará a ser assim. É com Paulo Cafôfo, será com qualquer outro militante.

Aquilo que eu posso garantir é que ao longo deste mandato contaremos com todos os contributos de todos os militantes, da sociedade civil, de todos aqueles que queiram contribuir efetivamente para termos uma Madeira melhor e uma Madeira preparada para enfrentar os desafios que teremos pela frente no futuro.

Acredita que estas declarações não podem ter aberto alguma ferida entre o relacionamento de Miguel Gouveia com o PS, apesar de ter sido um candidato independente, mas contando com o apoio do PS?

Vou repetir aquilo que já disse. A opinião do antigo presidente do PS Madeira, Paulo Cafôfo, é uma opinião que o vincula a ele, e ele tem toda a legitimidade para expressar as suas opiniões. Não me compete a mim discutir opiniões, posições, análises que são feitas por parte de Paulo Cafôfo. Relativamente aquilo que é a posição do PS o que eu posso garantir é que relativamente ao Miguel Gouveia ele terá todo o apoio e todas as condições do PS para desempenhar as funções de vereador na Câmara Municipal do Funchal. E que o PS continua aberto aos contributos, à participação, quer do Miguel Gouveia, quer de qualquer outra pessoa que sendo militante ou não queira participar num projeto de mudança da Região Autónoma da Madeira.

Ou seja no seu entender as relações entre o PS e Miguel Gouveia estão bem?

Todos os militantes, ou simpatizantes, ou pessoas que queiram dar o seu contributo ao PS são bem-vindos. Não há da parte do PS qualquer questão relativamente a esta matéria específica e aquilo que o Miguel Gouveia necessitar no âmbito das suas funções como vereador na Câmara do Funchal terá da parte do PS, e o PS naturalmente contará com tudo aquilo que possa ser o contributo do Miguel Gouveia que ele entenda dar ao partido hoje e no futuro.

E em relação a Paulo Cafôfo que tipo de papel poderá desempenhar no PS?

Já é público que Paulo Cafôfo foi eleito como presidente da comissão regional. Continuará a ser um ativo político importante do PS. Continuará, e ele próprio fez questão de o dizer, a dar o seu contributo para aquilo que é um projeto do PS, mas que é sobretudo um projeto da região e para todos os madeirenses e porto-santenses e contamos naturalmente com o Paulo Cafôfo, com a sua experiência política, com a sua capacidade para ser mais um elemento a dar um importante contributo para os desafios que temos pela frente e para os objetivos que pretendemos concretizar. ■

ENERGIA

Preço dos combustíveis continuarão a aumentar, independentemente da guerra

Os preços dos combustíveis deverão continuar a aumentar, mesmo que o conflito entre a Rússia e a Ucrânia chegue ao fim, dizem os especialistas ouvidos pelo Económico Madeira. Nos próximos meses espera-se uma grande volatilidade nos preços.

CAROLINA GONÇALVES SOUSA
cisousa@jornaleconomico.pt

O preço dos combustíveis na região aumentaram progressivamente durante sete semanas consecutivas, desde meados de fevereiro, tendo a tendência sido quebrada apenas na última semana de março, altura em que gasolina e o gasóleo tiveram descidas de dez e 13 cêntimos na Madeira. A gasolina passa a custar 1,855 euros por litro, o gasóleo 1,723 euros por litro e o gasóleo marcado e colorido passa para os 1,206 euros por litro, até ao dia 3 de abril. A lembrar que o ano de 2022 iniciou-se com o preço máximo da gasolina a 1.680 euros por litro, o gasóleo a 1.487 euros por litro, e o gasóleo marcado e colorido a 0.909 euros por litro.

Contudo, esta descida não deve ser compreendida como uma tendência a esperar nas próximas semanas. “Pre vemos a continuação de uma enorme volatilidade, com fortes oscilações no preço do petróleo que se traduzem quer em subidas significativas dos combustíveis, como em reduções abruptas. Certo é, que nos próximos meses não se vislumbra o regresso sustentado a valores, já de si elevados, de fevereiro de 2022”, afirma o analista de mercados da área dos combustíveis da Deco Proteste, Pedro Silva, ao Económico Madeira.

De igual modo, o presidente da Lubrimade – Comércio de Combustíveis e Lubrificantes da Madeira, Artur Pereira, considera que haverá uma instabilidade caracterizada por um “sobe e desce” enquanto o contexto internacional ainda for de instabilidade, “mas mesmo assim, pela Guerra na Ucrânia se acabar, que esperamos todos que acabe, não

se pense que o preço das energias comece logo a cair, porque o preço é sempre cada vez mais elevado, independentemente do conflito”, alerta.

O empresário afirma no entanto, que o recurso “a qualquer tipo

de energia envolve sempre dependência de uma matéria de base, o que traz muitas vantagens e muitos inconvenientes: o que hoje sabemos em ciência é que o que um dia é verdade, amanhã pode já não ser”, lembra.

Redução do IVA é uma meia-medida

Uma das propostas para mitigar a escalada nos preços dos combustíveis passa pela redução da taxa de IVA, taxa essa que o Governo Regional propôs reduzir de 22% para 12%. A ver de Pedro Silva, analista de mercados da área dos combustíveis da Deco Proteste, esta medida constitui apenas “um penso” e que é necessário “implementar medidas que perdurem”. O especialista acrescenta que “embora a medida permita uma redução dos preços no imediato, será sempre uma solução temporária e que não resolve o problema de fundo nesta matéria – a elevada carga fiscal”. Assim, Pedro Silva propõe “uma reflexão e atuação mais estrutural, nomeadamente ao nível do ISP e seus diversos componentes”, visto que “o IVA é um imposto de fim de linha, aplica-se a todos os componentes que o antecedem na cadeia de valor”, recorda Pedro Silva.

Apesar de considerar as medidas do governo para mitigar a subida do preço dos combustíveis adequadas à pressão dos preços, o Presidente da Lubrimade, Artur Pereira, lembra que “estes estão sempre a subir na origem. Mesmo que se reduza o ISP e o IVA, que são medidas bem-vindas, os preços continuam a subir enquanto na origem continuarem a subir”, alerta, lembrando que, na Madeira, os preços dos combustíveis são fixados administrativamente e não resultam da livre concorrência entre as operadoras.

Está previsto que o preço dos combustíveis sofrerão, nas próximas semanas, fortes oscilações, quer subidas, quer descidas abruptas



INFLAÇÃO

Guerra e su escalar aum

O professor de Economia Celso Nunes sublinha que o índice de preços no consumidor está a crescer a um ritmo superior a 4% ao ano, claramente superior ao ritmo do crescimento médio dos salários.

Uma outra medida, promovida pelo Governo da República e também implementada na região, passou pela extensão do programa Autovoucher, que estava previsto acabar em março. Nesse mês, o valor do voucher passou de cinco para 20 euros. A nível nacional, dos 133 milhões de euros alocados a esta medida desde outubro de 2021, apenas 26 milhões chegaram aos consumidores até meados de março de 2022, avança Pedro Silva da Deco Proteste. “A lógica de «pague já receba depois» deixa muitos consumidores de fora como se demonstra, pelo que insistir na mesma fórmula esperando resultados diferentes é um erro. Os apoios devem chegar de uma forma muito mais célere e descomplicada aos consumidores neste período de emergência energética”, considera o analista.

Com uma perspetiva menos negativa, Artur Pereira, presidente da Lubrimade, considera que o autovoucher “não deixa de ser uma boa medida para aliviar uma vez mais, complementarmente com a redução do ISP e do IVA, caso venha a acontecer. É uma medida necessária para mitigar a subida”, considera. ■



Wael Hamzéh/EPA via Lusa

Alto dos salários fazem aumento generalizado dos preços

LAURA LEÓN
lleon@jornaleconomico.pt

A taxa de inflação homóloga tem vindo a subir em toda a Europa, com a Zona Euro a atingir uma taxa de inflação de 5,8% em fevereiro deste ano comparativamente ao mesmo mês do ano passado. A Madeira não é exceção e apresentou no mesmo mês uma taxa de inflação homóloga de 3,6%, que, apesar de evidenciar que está a crescer, ainda está abaixo da taxa da Zona Euro, bem como da do País, de 4,2%.

A inflação não é um fenómeno novo, que, apesar de tudo, veio a agravar-se com uma guerra em território europeu, bem como com o aumento generalizado dos salários, particularmente do salário mínimo.

Ao Económico Madeira, o economista André Barreto salienta que, apesar da distância a que estamos do palco da guerra, “estamos fortemente sujeitos” aos seus impactos económicos, em que se inclui a inflação.

Nesse sentido, faz questão de realçar que a Ucrânia é um dos mais relevantes produtores europeus de cereais e a falta ou escassez dessas matérias-primas vai originar um aumento do respetivo valor. “Depois, porque também a Rússia é fornecedora de gás e petróleo a um significativo número de países e o embargo económico vai reduzir a concorrência de produtores desses bens, o que também origina inflação”, vinca, acrescentando que acredita que a guerra na Ucrânia vai continuar a agravar a inflação.

O Económico Madeira falou

também com o professor de Economia da Universidade da Madeira Celso Nunes que sublinha que o aumento significativo que se tem verificado na inflação nos últimos meses deve-se principalmente a três fatores. Em primeiro lugar, devido às quebras na produção devido às restrições impostas pelas autoridades estatais desde o primeiro trimestre de 2020. Em segundo, por conta do aumento significativo da base monetária em contraponto com a quebra na produção verificada até ao primeiro trimestre de 2021. E, por último, em consequência da invasão da Ucrânia e respetiva guerra militar e económica.

Celso Nunes frisa que a guerra na Ucrânia contribui para o aumento da inflação por via direta e por inflação importada. “Por via direta, através da diminuição de

quantidades comercializadas internacionalmente de produtos e serviços adquiridos pelas empresas e demais entidades regionais, destacando-se nestes casos os produtos energéticos combustíveis. Por via da inflação importada, através da importação de bens de países que sofrem uma aceleração nos níveis de preços, neste caso sendo generalizada a uma grande diversidade de rubricas”, salienta.

Guerra económica e militar deve prolongar aumento da inflação

Além disso, o professor realça que quanto mais tempo durarem as guerras, tanto a militar, como a económica, e quanto mais se aprofundarem, certamente mais contribuirá para o aceleração da inflação.

Por outro lado, outro fator identificado para o aumento da inflação é o aumento generalizado dos salários, nomeadamente do salário mínimo, “sobretudo porque este aumento do salário mínimo não teve qualquer preocupação de adequação a aumentos de produtividade”, destaca André Barreto, que reforça que “foi um número decidido por critérios exclusivamente políticos e sem qualquer racional económico”.

O economista sublinha ainda que o aumento que se verificou ao nível dos salários não é suficiente para cobrir a inflação a que assistimos, e defende que a questão deve ser resolvida pela via fiscal, “reduzindo a respetiva percentagem, medida essa que seria especialmente bem-vinda em face da enorme carga que todos, particulares e empresas, hoje têm de suportar”.

Celso Nunes reforça, também, que todos os aumentos nominais dos salários contribuem para o aumento da inflação, na medida em que o aumento da quantidade de moeda detida pelas famílias faz aumentar a procura de bens em termos nominais, contribuindo para o aumento generalizado dos preços.

O professor de Economia realça, por fim, que “o índice de preços no consumidor está a crescer a um ritmo superior a 4% ao ano, claramente superior ao ritmo do crescimento médio dos salários”, e acrescenta que “para além da evolução, importa também realçar a questão do nível”, já que “em termos nacionais, apenas quatro dos países da Zona Euro têm salários médios inferiores a Portugal, e em sete os salários médios são mais do dobro do que em Portugal”. ■

André Barreto destaca que a Ucrânia é um dos mais relevantes produtores europeus de cereais e que a sua falta ou escassez vai originar um aumento do respetivo valor

Breves

Dívida da Madeira desce 0,7%



A dívida da Madeira ficou em 5,5 mil milhões de euros em 2021, uma descida de 0,7% face ao período homólogo, de acordo com os dados da Direção Regional de Orçamento e Tesouro.

A administração regional é responsável por uma dívida financeira/direta de 4,4 mil milhões de euros, mais 1,1%. Já a dívida não financeira fica em 59 milhões de euros, menos 23,4%.

Volume de negócio das empresas não financeiras cai 14%

O volume de negócio das empresas não financeiras caiu 14,6% em 2020, para os 4,9 mil milhões de euros, indicam os dados da Direção Regional de Estatística (DREM). Em 2020 existiam 28.905 empresas com sede na região, 231 financeiras e 28.674 não financeiras.

As empresas da região empregavam 79.507 pessoas, 79.121 nas empresas não financeiras e 386 nas financeiras.

Venda de alojamentos familiares atinge novo máximo

Em 2021 foram vendidos 3.571 alojamentos familiares na Região Autónoma da Madeira, mais 32% face ao ano anterior, o que constitui um novo máximo. Dos alojamentos vendidos, 2.923 eram existentes e 648 novos. A venda de alojamentos representou 611,4 milhões de euros e um crescimento de 49% face ao período homólogo.

Madeira investe 773 mil euros na reabilitação do Centro Desportivo da Madeira

A Madeira está a reabilitar o Centro Desportivo da Madeira, na Ribeira Brava, num investimento de 773 mil euros. A intervenção, que engloba a reabilitação e regeneração de todo o Centro nas diferentes zonas desportivas, arrancou em fevereiro e deverá estar concluída em dezembro deste ano.

IMÓVEIS

Vistos 'gold' captaram dois milhões de euros desde janeiro

Em janeiro e fevereiro de 2022, foram fornecidos quatro ARI, ou vistos 'gold', na região autónoma mas a preocupação com a inflação no sector imobiliário permanece.

CAROLINA GONÇALVES SOUSA
cisousa@jornaleconomico.pt

A Autorização para Residência para Atividade de Investimento (ARI), ou os vistos 'gold' designação corrente, captaram na Madeira mais de dois milhões de euros só nos primeiros dois meses de 2022, de acordo com dados fornecidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) ao Económico Madeira.

Em janeiro foram concedidas três ARI a um cidadão canadense, o qual teve o maior investimento, de 636 mil euros, um russo e outro iraniano. Em fevereiro um cidadão australiano investiu cerca de 590 mil euros na região.

Constata-se que, desde a sua génese, a adesão ao programa ARI tem aumentado progressivamente na região, exceto entre 2019 e 2020: em 2019 foram concedidos na região 40 vistos 'gold' e em 2020 foram 20, na uma quebra de 50%, possível consequência da pandemia da Covid-19. Sabe-se que entre 2017 e 2021 a região captou cerca de 60 milhões de euros de 50 vistos 'gold', e, desse montante, os investimentos superiores a 500 mil euros vieram na sua maioria de cidadãos russos e cidadãos americanos, que investiram maioritariamente no sector imobiliário. A lembrar que, por indicação do Governo português, a 26 de fevereiro Portugal suspendeu a concessão de vistos 'gold' de cidadãos russos.

Segundo a entidade, desde o início do programa, em outubro de 2012, foram concedidas 10.442 ARI em todo o país, correspondendo a um investimento total de seis mil milhões de euros. A maior parte deste montante advém do investimento no sector imobiliário.

Este ano, as ARI passam a excluir Lisboa e Porto

No dia 1 de janeiro de 2022, o Governo Nacional procedeu a alterações ao regime da autorização de ARI's. Antes da alteração, o investimento mínimo no país exigido para poder obter a ARI era de 500 mil euros. "Naturalmente que as principais metrópoles nacionais, Lisboa e Porto, foram as cidades onde houve mais investimentos. As cidades ficaram remodeladas, só que os imóveis ficaram quase completamente inacessíveis a um



Vistos 'gold' contribuem para um 'efeito em cadeia' que inflaciona o preço dos imóveis

cidadão português de rendimentos normais", explica Paulo Pereira, Presidente da Ordem dos Economistas da Madeira, ao Económico Madeira. Esta situação gerou alarme em relação a preocupações com a especulação. Assim, o Go-

verno Nacional procedeu à alteração do regime de concessão de ARI's: os investimentos no país passaram a excluir Lisboa e Porto e o valor mínimo de investimento reduziu para 350 mil euros.

Segundo o economista, a maior

parte dos investimentos são feitos no sector imobiliário por ser um ativo fixo, isto é, existe mais conforto em investir neste sector do que, por exemplo, numa empresa: "você compra uma casa ou apartamentos, fecha ou aluga, e sabe que tem sempre esse valor", refere, explicando que uma empresa à distância é um investimento mais arriscado.

Inflação é inevitável

Contudo, a inflação no sector imobiliário acaba sendo inevitável. Na intenção do Governo em manter as receitas dos vistos 'gold' e, ao mesmo tempo, combater a desertificação ao fomentar investimentos fora das metrópoles, "o que acabou por acontecer foi a exportação desta especulação para o resto do país" considera Paulo Pereira. "Imagine uma casa ou um apartamento a transacionar no mercado por 290 mil euros antes desta regra. Agora com esta nova regra, um cidadão estrangeiro vê que 290 mil não lhe concede o visto 'gold', então essa pessoa até pede para subir o valor para 350 mil euros. Quem está a vender aproxima o valor para chegar ao valor mínimo para o cidadão estrangeiro obter a ARI". O que começa a se verificar é um efeito em cadeia que aumenta o preço dos outros imóveis também.

Na Madeira, o Governo Regional já tinha admitido que os vistos 'gold' inflacionam o preço das casas, e a solução apresentada pelo executivo madeirense passa pelos 136 milhões de euros do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) previstos para a construção de habitações a preços controlados.

"Normalmente essas intervenções governamentais para resolver problemas no mercado só criam mais distorções: temos agora um pico da inflação, com os custos da própria construção já acima daquilo que eram há uns meses atrás. O Governo Regional tem dinheiro fresco para colocar num mercado que já está 'a ferver'", considera Paulo Pereira. O economista lembra que, com esses 136 milhões de euros, era possível construir mais antes desta recente inflação, considerando ainda que, apesar das "boas intenções" do Governo Regional em apostar nas habitações a custos controlados, a forma como as máquinas governativas investem dinheiro nestas situações "não são muito eficientes". ■



RECURSOS HUMANOS

SOS: precisa-se arquivistas na Madeira

O aviso vem do CEO da EAD. Paulo Veiga diz que é preciso “uma união de vontade do mais alto nível” para resolver a situação.

RUBEN PIRES
rpires@jornaleconomico.pt

A Madeira tem falta de formação e de recursos humanos na área das ciências da informação e arquivística. Quem é o diz é o CEO da EAD, Paulo Veiga. O empresário diz que apesar das vantagens fiscais que a região autónoma possui isso não tem sido suficiente para atrair pessoas qualificadas para a área de atuação da empresa.

Mesmo perante este cenário o grupo espera crescer, em termos globais 22%, e a faturação na Madeira deve ficar perto da duplicação.

Paulo Veiga foi um dos convidados do primeiro encontro da delegação regional da Madeira da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD).

O empresário que dirige a EAD, empresa de gestão de arquivos, diz ao Económico Madeira que é preciso existir “uma união de vontades do mais alto nível” para resolver esta situação, sob risco de a região poder perder património arquivístico.

“Estamos a assistir a um envelhecimento e a uma desatualização com a mudança de paradigma nesta ciência da arquivística que urge resolver. Temos de envolver a comunidade universitária, politécnica, rapidamente sob pena de que daqui a dez anos os atuais profissionais da área estão todos reformados e não há ninguém para os substituir”, diz Paulo Veiga.

Vantagem fiscal da Madeira não tem atraído profissionais

O empresário refere que na região sente-se uma grande dificuldade em encontrar estes profissionais.

“Apesar de alguma vantagem fiscal não conseguimos motivar pessoas para vir do Continente para a Madeira. Não é suficiente para atrair as pessoas qualificadas para virem para a região”, reforça o CEO da EAD.

“Sentimos isto na Madeira na pele e custa-nos, e custa-nos negócio, e não permite arranjar soluções que permitam tratar os documentos históricos de uma forma a contente das organizações. Proporciona o continuar do avolumar da informação que não é avaliada. E depois isto traz custos desne-

cessários às organizações essencialmente no setor público regional”, sublinha Paulo Veiga.

O CEO da EAD refere que podem existir cerca de 20 quilómetros de arquivo por tratar. “Está abandonado, está a se degradar, não está inventariado, ninguém sabe onde está. E isto é ineficiente para todos. Para os organismos, para o Governo, institutos públicos, empresas públicas. É ineficiente para todos”, explica Paulo Veiga.

O empresário pede “uma união de vontades do mais alto nível” para resolver esta questão, de modo a garantir que as “próximas gerações não percam a sua identidade regional. Preservar a informação com

valor histórico, valor informativo ou científico urge na região”.

O CEO da EAD alerta que se não houver um investimento neste momento com as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ou outras este património “vai-se perder”.

De modo a tentar resolver este problema o CEO da EAD diz que a empresa tem dado a formação.

“Claro que hoje em dia podemos usar ferramentas colaborativas, podemos à distância de um clique perante uma dúvida, no terreno, dar-mos o apoio de *backoffice* das nossas pessoas que estão em Lisboa. Colocamos as pessoas a trabalhar, damos a formação inicial, damos a formação depois específica para o projeto em causa, e fazemos isso porque no processo de recrutamento e seleção fomos buscar pessoas com alguma apetência natural para terem um olhar crítico para os documentos”, explica Paulo Veiga.

O CEO da EAD refere que “não há desemprego” nesta área. “É um paradoxo. A profissão não é sexy, apenas é sexy para aqueles que a praticam. Mas é uma profissão que ao não ter desemprego tendencial-

mente tende a ser mais bem paga”, salienta o empresário.

“Para atrair pessoas para esta área é preciso proporcionar as condições de acesso a uma licenciatura na região, um MBA, um doutoramento, mestrado. Envolver a universidade, os politécnicos, etc... Tem de ser uma decisão estratégica tomada pelo Governo Regional ao mais alto nível caso contrário com o envelhecimento todos estes serviços vão ficar altamente deficitários”, alerta o CEO da EAD.

Mais verbas do PRR para o digital

O CEO da EAD refere que deveriam existir mais verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para as empresas efetuarem a digitalização.

“O Madeira Digital tem quatro milhões para distribuir para as empresas, PME's e micro empresas. Não se faz um projeto de transformação digital eficiente e eficaz com apoios médios na ordem dos 500 ou 1.000 euros. É para mim uma oportunidade perdida. Acho que a Madeira fez uma boa negociação das verbas do PRR. Penso que nesta questão do apoio à transição digital das empresas vai ficar aquém das reais necessidades das empresas”, defende Paulo Veiga.

Se na Madeira existe falta de formação na área, já no Continente existe a formação mas faltam os técnicos.

“Há muitos jovens a serem formados. Há cursos. Há de facto jovens a sair e muito bem preparados para o chamado novo paradigma da arquivística. As dificuldades são a falta de técnicos mas há formação dos técnicos. Estamos numa profissão de pleno emprego”, diz o CEO.

Relativamente à Madeira, o CEO da EAD refere que a empresa continua à procura de instalações, para comprar, de modo a se expandir.

Paulo Veiga salienta que a empresa tem sido contactada para efetuar vários serviços.

Em 2021 a EAD cresceu 16%, e aumentou a margem de EBITDA para 30%, no global. Foram contratadas para os quadros mais 22 pessoas em termos líquidos. A faturação atingiu 12 milhões de euros, sendo que 80 mil euros na Madeira, e empregou 380 pessoas.

O objetivo da EAD é de crescer 22%, em 2022. Na Madeira a expectativa é que a faturação atinja os 150 mil euros.

O crescimento de 22% é explicado essencialmente pelos projetos que “estão a ser desenvolvidos para o setor público, a administração central no Continente e local. O setor privado também tem peso importante, a nossa percentagem sobre o setor privado é 70/30”, refere Paulo Veiga.

Em 2021 o CEO da EAD sublinha que a empresa entrou numa nova área de negócio, ao ganhar o *backoffice* da Nowo.

“O contrato é de um milhão de euros a dois anos e temos 40 pessoas a trabalhar no *backoffice*. Este também vai ser um importante *driver* de crescimento da EAD”, diz o CEO. ■



Paulo Veiga
CEO da EAD

TURISMO

Hotelaria focada na recuperação e em adotar novas estratégias

Quando já se fala em “período pós pandemia”, o setor hoteleiro da região prepara estratégias que facilitem um cenário de recuperação equiparado aos níveis registados antes da crise pandémica.

CAROLINA GONÇALVES SOUSA
cisousa@jornaleconomico.pt

O ano de 2022 iniciou-se com uma recuperação substancial na atividade turística na Região Autónoma da Madeira em termos homólogos, sendo que deram-se 391,9 mil dormidas em janeiro, um aumento em 227,7%, segundo dados divulgados pela Direção Regional de Estatísticas da Madeira (DREM). Contudo, esta recuperação está ainda aquém de valores pré-pandemia: Em janeiro de 2019 deram-se 526,7 mil dormidas, um valor ainda 25,6% acima do registado em 2022.

Flexibilização administrativa, melhor comunicação e novos investimentos

O grupo PortoBay refere a flexibilização administrativa e a comunicação com o cliente como uma das principais ideias para fomentar mais reservas nos seus hotéis e restaurantes, e, desse modo, voltar a taxas ocupacionais equiparadas às registadas antes da pandemia.

“Todo este período foi importante e estivemos muito ativos no sentido de ler e mobilizar as equipas e os produtos para novas necessidades e comportamentos do consumidor, apostando na melhoria dos nossos espaços e hotéis, na redefinição de conceitos, na introdução de maior flexibilidade, no avanço da digitalização de processos e na diferenciação”, salienta Fabíola Pereira, administradora de Marketing e Comunicação do PortoBay, ao Económico Madeira.

Mais precisamente, a administradora do PortoBay salienta a aposta na flexibilização da experiência e maior oferta de canais de comunicação com o cliente, nomeadamente através de uma maior facilidade de cancelamento e mo-



Fabíola Pereira
Administradora de marketing e comunicação do PortoBay



Teresa Gonçalves Soares
General manager do The Vine

dificação de reservas, no check-in e no feedback online e na reserva de restaurantes. “Fizemos isto ao nível dos nossos hotéis, dos nossos restaurantes, mas também na forma como abordamos o mercado e fidelizamos os nossos hóspedes”, vinca Fabíola Pereira.

O grupo PortoBay destaca ainda investimento em renovações como uma das estratégias definidas para voltar aos níveis de ocupação da pré-pandemia. Na Madeira, o investimento mais substancial foi na renovação do hotel Cliff Bay, com intervenções nos quartos, no lobby e no restaurante Il Gallo d Oro, bem como a renovação de alguns espaços comuns do hotel Porto Mare e do Porto Santa Maria.

Os sete hotéis do grupo PortoBay na região registaram em janeiro e fevereiro de 2022 uma taxa de ocupação em média na ordem dos 70%. Fabíola Pereira refere que este valor “está muito acima do ano anterior, mas ainda abaixo de 2019 e 2020”, altura em que a ocupação rondava os 90%.

Não obstante, a responsável salienta que os hotéis entram em abril “já com alguma normalidade” no que diz respeito à ocupação, sendo que as reservas para os próximos meses preveem uma ocupação a rondar os 95%, prevendo também um verão “bem preenchido” nos hotéis. “Em suma, acreditamos que este ano poderemos chegar aos resultados registados em anos de pré-pandemia, isto se o contexto internacional o permitir”, salienta.

Revenue management e poupança energética

Nos hotéis The Vine e Prima Caju, no Funchal, a estratégia de recuperação passa também por uma melhor gestão dos canais de procura, através da aplicação de técnicas de





Cristina Bernardo

revenue management (gerenciamento de receitas), avança a general manager do hotel, Teresa Gonçalves Soares, ao Económico Madeira. Com esta técnica, é possível prever o comportamento do consumidor, e assim, otimizar a oferta e maximizar a receita final, enquanto que os custos são reduzidos. A ideia passa por “gerir os preços e a disponibilidade de forma dinâmica”, afirma. Para a responsável, será necessária “muita disciplina e criatividade” para voltar aos valores da pré-pandemia. “Alguns canais não nos permitem a alteração do preço para cima e nesses, a única forma de controlar é gerindo a disponibilidade. O objetivo é sempre o de maximizar a receita total. Existem táticas variadas para atingir esses objetivos e esse é o aspeto que trabalhamos mais nestes diferentes cenários”.

Em relação a aumento de custos, uma das estratégias passa por adotar medidas de poupança energética. “Essas medidas passam pela formação das pessoas para adoção de medidas a que chamamos «comportamentais» e também pela alteração de equipamentos por outros mais eficientes (painéis fotovoltaicos, detetores de movimento, iluminação LED de baixo consumo, reguladores de caudais de água, entre outros”, indica a general manager do The Vine, frisando o facto das poupanças a todos os níveis poderem ser efetuadas “sem comprometer a qualidade do produto ou da experiência a proporcionar ao cliente”.

O The Vine iniciou o ano de 2022 com taxas de ocupação de 28,4% em janeiro e de 37,6% em fevereiro, um valor “abaixo do que tínhamos estimado atingir no final de 2021”, admite a responsável.

Teresa Gonçalves Soares lembra que janeiro de 2020 foi um mês normal em termos de movimento. De facto, nessa altura a taxa de ocupação era de 57,19%, o que significa que a ocupação em janeiro de 2022 era inferior em cerca de 28,79 p.p (pontos percentuais). No mesmo mês em 2021, a ocupação era inferior a 2020 em 42,67 pontos percentuais, informa a responsável.

Já no segundo semestre de 2021 havia esperança de uma recuperação mais robusta, mas a variante Omicrón, e, de seguida, o conflito na Europa de Leste “fez esmorecer a retoma”, partilha a general manager do The Vine. “Já no final de dezembro, tínhamos previsto em baixa os meses de janeiro e fevereiro, antecipando a quebra momentânea de procura provocada pela variante Ómicron. Obviamente não tínhamos previsto a situação do conflito Rússia/Ucrânia que está a afetar toda a Europa. O disparar dos preços de bens essenciais, combustível, transportes e energia, vêm colocar muitas reservas ao que poderá acontecer a nível de turismo no decorrer de 2022”. No entanto, a responsável está confiante de que existirá uma recuperação mais evidente a dar sinais na primavera, sempre com um olho atento à situação global. “Esperamos que seja semelhante ao 2º semestre de 2021, pois esse seria o melhor cenário, conclui. ■

OPINIÃO

O paradoxo da servidão



Eduardo Leite

Ph.D em Gestão e Professor na Universidade da Madeira



Ana Leite

Doutoranda em Economia Política pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, ISCTE, e ISEG-IUL

A palavra escola deriva de *skholê*, a palavra grega para “lazer”; de facto, durante muito tempo essa foi, não apenas a definição concetual da instituição escola, como também traduziu o seu sentido teleológico. Porém, gradualmente essa finalidade prática foi sendo substituída pelo trabalho; efetivamente, anteriormente costumávamos ensinar as pessoas a serem livres, mas atualmente passamos a ensiná-las para o trabalho (Thompson, 2015).

As causas desta mudança de paradigma remontam ao século XIX, época em que a industrialização e o trabalho tomaram conta das economias e das nossas vidas, a tal ponto de um fracasso profissional, leia-se desemprego, gerar um mal-estar geral, tanto somático, quanto psicológico, conduzindo as pessoas à perda de status e marginalização social.

Neste contexto, os indivíduos submeteram-se totalmente ao trabalho, do qual sistematicamente reclamam, mas sentem falta e infelicidade quando não estão empregados; o designado paradoxo do trabalho. Neste âmbito, pasme-se, Ralph Catalano, professor de saúde pública da Universidade da Califórnia Berkeley, invocado por Thompson, concluiu ser mais difícil às pessoas recuperarem de uma situação de desemprego, do que da perda de um ente querido.

Destarte, os malefícios do desemprego vão muito para além da perda de rendimento (Thompson, 2015). Com efeito, como referido supra, as pessoas que fracassam profissionalmente ficam socialmente expostas, deprimem e são frequentemente assoladas por doenças, quer

mentais, quer físicas, certamente resultantes da condenação social a que estão sujeitos.

Ora, de acordo com a tendência atual de mudança de paradigma para a automação, em que se prevê um aumento significativo do problema do desemprego – na verdade, em resultado da automação verifica-se a existência de muitas pessoas, poucas empresas e empregos –, pelo que se preveem dificuldades económicas, insegurança e incerteza generalizada. Como se não bastasse, o planeta está em sobreaquecimento, a pandemia não terminou e, entretanto, iniciou-se uma guerra.

Neste sentido, tudo indica agravar-se-ão as dificuldades e desigualdades, com repercussões ao nível político, originando o aparecimento de movimentos populistas e plutocratas (Benanav, 2020). Neste quadro, emergirão efeitos colaterais como a desesperança e a solidão, esvaziando-se o sentimento de pertença e orgulho comunitário, que nos ensombra pelo ressurgimento dos piores pesadelos de séculos passados (Bastani, 2019).

Consequentemente, não se pode continuar a pensar no emprego e desemprego como o modelo tem vigorado desde a era industrial – um binário preto e branco – mas, antes em dois pontos em extremos opostos de um amplo espectro de arranjos de trabalho (Thompson, 2015). Apesar de tudo, até meados do século XIX, o conceito moderno de desemprego era inexistente. Com efeito, a maioria das pessoas vivia no contexto rural e, na falta de emprego, as atividades domésticas – agricultura, costura, carpintaria e outros trabalhos artesanais – ocupavam e sustentavam as pessoas. Ou seja, mesmo nos piores momentos económicos, as pessoas improvisavam e descobriam coisas produtivas para fazerem, que atualmente encontram paralelo na inovação e no empreendedorismo e nos espíritos mais inconformados. ■

Referências: Bastani, A (2019).

Fully Automated Luxury Communism. Verso Books. Benanav, A (2020). Automation and the Future of Work. Verso Books.

Thompson, D (2015). A World Without Work. For centuries, experts have predicted that machines would make workers obsolete. That moment may finally be arriving. Could that be a good thing? JULY/AUGUST 2015 ISSUE.

<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2015/07/world-without-work/395294/>



Foto cedida

DESPORTO

Madeira Climbing Centre, o primeiro ginásio de escalada da região

A empresa, criada em 2021, tem organizado vários eventos com vista a estabelecer uma comunidade de escalada bouldering na região autónoma.

CAROLINA GONÇALVES SOUSA
cisousa@jornaleconomico.pt

O primeiro ginásio de escalada da Madeira, situado no Funchal, surgiu em 2021, altura em que as restrições às atividades comerciais e de lazer, consequentes da pandemia por Covid-19, ainda eram robustas. Mais concretamente, o Madeira Climbing Centre lida com a modalidade de escalada Boulder, um tipo de escalada realizada em pequenas rochas ou paredes artificiais, sem recorrer a cordas ou arneses.

“A ideia de criar o primeiro ginásio de escalada da Madeira surgiu da necessidade de desenvolver o desporto de escalada na ilha e por sua vez proporcionar um espaço que a aprendizagem seja progressiva e permita a qualquer pessoa praticar independentemente do nível”, explica José Santos, proprietário do Madeira Climbing

Centre, ao Económico Madeira. Neste sentido, a empresa procura estabelecer a escalada como uma modalidade acolhedora e acessível a todas as idades, inclusive crianças, pelo menos a partir dos cinco anos de idade.

Assim, a atividade do ginásio passa por dois moldes: por um lado, existe a oportunidade de praticar escalada em paredes artificiais no próprio espaço do ginásio, e por outro, o Madeira Climbing Centre promove atividades de escalada pela ilha.

“Desde que começámos temos feito vários workshops de escalada no nosso espaço com uma boa taxa de sucesso, outras atividades que fizemos foram as competições de escalada, que apesar de sermos uma ilha pequena tivemos um boa aderência”, afiança José Santos.

Na sede do Madeira Climbing Centre podemos encontrar várias paredes de escalada, abrangendo vários níveis de aptidão da modali-

dade, sendo que uma das paredes é modificada todas as semanas a fim de diversificar o treino. Existem ainda as paredes júnior e infantil, destinadas às crianças.

No que diz respeito a promoção de atividades, foi em março que o Madeira Climbing Centre organizou no seu espaço o evento ‘Funchal Boulder Fest’, uma competição de bloco (um estilo de escalada) que contou com 20 participantes, composta por duas fases de competição. “Temos mais eventos deste género planeados até ao fim deste ano, inclusive mais workshops de iniciação à escalada e workshops de técnica de Boulder, entre outros”, garante o proprietário do ginásio José Santos.

Quanto a atividades na natureza, José Santos afirma que estão planeadas mais atividades na rocha, “onde as pessoas terão a oportunidade de serem acompanhadas por nós num setor de escalada, sendo

que iremos fornecer todo o equipamento necessário para a prática de escalada”, vinca.

Apesar do entusiasmo em estabelecer uma comunidade de escalada maior na Madeira, José Santos não deixa de referir as dificuldades de criar uma empresa em plena pandemia: “Encontramos inúmeros desafios, um deles sendo que tivemos de adiar a construção do muro de escalada devido às greves dos estivadores. Outro foi os cortes nos apoios para empresas empreendedoras que, na altura do nosso começo ainda existiam, mas devido à pandemia foram encerrados”, lamenta, reforçando todavia que “a cultura de escalada na Madeira ainda permanece pequena, mas com certeza a existência do ginásio irá fomentar esse crescimento”. Informações sobre os preços e atividades estão disponíveis no website do ginásio em madeiraclimbingcentre.com. ■

A empresa procura estabelecer a escalada como uma modalidade acolhedora e acessível a todas as idades, inclusive crianças, pelo menos a partir dos 5 anos de idade

SUPLEMENTOS ALIMENTARES

Newfood quer lançar novo produto e ter armazém em Lisboa

A empresa tem cerca de um ano e os produtos são feitos em laboratórios, a maioria em Portugal e alguns em Espanha.

LAURA LEÓN

lleon@jornaleconomico.pt

A empresa madeirense de suplementos alimentares Newfood quer lançar um novo produto, que prevê que saia no final do verão, e quer ter um armazém em Lisboa. O novo suplemento trata-se de um prebiótico, que se vai juntar aos 52 suplementos que a empresa tem a vender, e, que pretende promover a saúde do intestino.

O criador e gerente da Newfood, Irénio Camacho, destaca que “este é um produto inovador, com tecnologia inovadora, pelo que é preciso trabalhá-lo bem também ao nível do marketing, porque vai ser um produto mais caro, visto que tem sustentabilidade científica”. Para fazer o prebiótico está a pensar recorrer a fibras de fermentação, investigação do laboratório belga Fermedics.

Depois do lançamento do prebiótico, Irénio Camacho sublinha que a empresa deverá lançar entre um a dois novos produtos por ano, “em função daquilo que o mercado vai pedindo”.

O objetivo seguinte já está traçado e tem a ver com a estratégia de crescimento da empresa, que, eventualmente, precisará de arranjar um armazém em Lisboa.

“Temos um problema de transportes e isso implica graves perturbações no negócio, com demoras a enviar as coisas e o custo acaba por ser também mais elevado, mas, se nós crescermos o suficiente, temos de dar um passo em frente e arranjar um armazém em Lisboa”, vinca.

A empresa tem cerca de um ano e surgiu do desejo de Irénio Camacho de construir uma marca, depois de 30 anos de atividade dedicada à indústria de produtos naturais. Os produtos são feitos em laboratórios, a maioria deles em Portugal e alguns também em Espanha, e as matérias-primas vêm de diversas origens, nomeadamente do Japão, da Alemanha e dos Estados Unidos.

O criador e gestor da Newfood revela que ponderou a criação de um laboratório na Madeira, mas que essa ideia “está posta de lado”, tanto pelo facto de os custos associados à produção na Madeira serem muito elevados, como também pela demora em fazer chegar as matérias-primas.

A Newfood vende online atra-



istock

vés do seu site, mas também tem presença nalgumas lojas, trabalha em parceria com terapeutas da área da saúde e tem representantes no estrangeiro, nomeadamente na Eslovénia, na Itália, na Alemanha e na Hungria. Neste momento os maiores mercados da empresa de suplementos são a Madeira e a ilha de Jersey, no Reino Unido, e a maioria das pessoas que consomem os suplementos estão na faixa etária acima dos 40 anos.



Irénio Camacho
Criador e gerente da Newfood

“Normalmente procuram quando sentem que já dói aqui, já dói ali, e começam a ganhar consciência de que já não têm a vitalidade que tinham”, sublinha.

O produto mais vendido é o Zen, que atua a nível psicológico. Irénio Camacho explica que este suplemento é composto por “substâncias adaptogénicas que ajudam o organismo a resistir melhor ao stress e segrega algumas hormonas que em excesso provocam desequilíbrios psicológicos e emocionais. Não é um calmante e as pessoas que o tomam sentem-se mais fortes e mais seguras psicologicamente”, explica.

A empresa tem atualmente, para além do criador e gestor, mais um trabalhador a tempo inteiro, e depois tem prestações de serviços na área do marketing e com a nutricionista e a farmacéutica que constituem o departamento técnico da empresa.

Quem faz uma compra no site da Newfood ganha pontos, que depois se revertem em desconto nas compras futuras, numa tentativa de fidelizar clientes. ■

OPINIÃO

Avançar com cautela, esta pode ser a “tempestade perfeita”



João Paulo Gomes
Advogado, CMS RPA

Em qualquer momento no ano de 2019 se nos dissessem que, no ano de 2022 estaríamos ainda “a braços” com uma pandemia de um vírus mortal que já dura há dois anos, acabados de entrar numa Guerra aberta na Europa com ameaças veladas de Guerra Nuclear e de uma Terceira Guerra Mundial, a tentar gerir uma crise na cadeia de abastecimentos globais e com um aumento generalizado dos combustíveis que empurrou, quer a gasolina, quer o gasóleo, acima da barreira psicológica dos dois euros (cujos efeitos se irão estender e afetar diametralmente todos os setores da economia), acho que nenhum de nós acreditaria...

Mas, quer queiramos quer não, esta é a realidade com que os cidadãos portugueses e as empresas se deparam atualmente. Em paralelo, e bem, foram feitos esforços no sentido de aumentar o salário mínimo nacional que em 2019 se situava nos 600 euros e em 2022 foi fixado em 705 euros (e 723 euros na Região Autónoma da Madeira), que vão no sentido de se criar alguma convergência com o nível salarial que se pratica nos restantes países europeus, onde os respetivos salários mínimos nacionais se situam confortavelmente acima da barreira dos 1000 euros na maior parte dos casos.

Ora, não é expectável que a conjugação de todos estes fatores se possa fazer nas empresas portuguesas de uma assentada só, razão pela qual é importante dar tempo e espaço para que as empresas portuguesas possam acomodar esta nova realidade em todas as suas vertentes.

Com efeito, o aumento substancial do salário mínimo provoca uma aproximação aos salários médios das empresas e um efeito de pressão ascendente nos salários em geral de forma diametral na estrutura das empresas, que é salutar.

Não obstante, este efeito

tem um “reverso da medalha”, uma vez que, ao estarmos no meio de um clima económico extremo (motivado pelos efeitos da pandemia, da guerra e do aumento dos combustíveis), se as empresas não tiverem a capacidade para produzir aumentos significativos nos salários médios, podemos vir a registar um crescente clima de insatisfação e de um aumento da conflitualidade laboral, nomeadamente pelo recurso liberalizado e irresponsável a greves na forma de paralisação total e outras formas de luta sindical.

O propósito deste artigo é chamar a atenção de todos em geral, para o facto de que no atual ambiente de incerteza económica, é muito difícil às empresas conseguir fazer planos a médio prazo, sendo importante, nesta fase, recorrer ao bom senso e responsabilidade dos trabalhadores em geral e das organizações sindicais representativas dos mesmos, para dar tempo e espaço a que as empresas possam “digerir” toda esta situação e este clima de incerteza, dar tempo para que as circunstâncias políticas e sociais a nível nacional e a nível mundial se possam consolidar e estabilizar, de modo a podermos avançar com cautela, mas com segurança, nesta que é efetivamente uma “tempestade económica perfeita”.

Neste ambiente de incerteza em que se vive, aplica-se na íntegra aquele provérbio africano que diz “se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vamos juntos”. ■



Com efeito, o aumento substancial do salário mínimo provoca uma aproximação aos salários médios das empresas e um efeito de pressão ascendente nos salários em geral de forma diametral na estrutura das empresas, que é salutar

MÚSICA

Banda Jesus Or A Gun lança single e prepara novo álbum

A banda madeirense de rock estreou o tema “BITE” em março, e já está em fase de pré-produção do novo álbum.

CAROLINA GONÇALVES SOUSA
cisousa@jornaleconomico.pt

A banda de rock Jesus or a Gun, ou JOAG, lançou no dia 11 de março o single “BITE”, um tema produzido nos estúdios HAUS em Lisboa. Acompanhada com um videoclip, que estreou no mesmo dia, a música vem a materializar o entusiasmo da banda em aventurar-se num novo projeto.

Ao Económico Madeira, o guitarrista da banda, Bruno Monteiro, afirma que BITE “foi relativamente fácil de gerar, tinha já como que uma certa personalidade definida à partida. As letras do Dieter [vocal e guitarra ritmo] ajudaram cedo a reforçar isso mesmo, com uma temática tanto rebelde como sensual”.

Ao abrigo da boa reputação dos estúdios HAUS, em Lisboa, e trabalhando com o produtor Makoto Yagy, Jesus or a Gun esperava que a qualidade da sua música fosse enaltecida. “O Makoto é talentoso e muito dinâmico, meteu logo mãos à obra e ajudou-nos a definir e realçar certos elementos do tema a partir da pré-produção que fizemos anteriormente em banda”, enaltece Bruno Monteiro.

Em todo o processo, que vai desde a composição da música, à produção e à materialização de um videoclip, “há muita garra e uma vontade enorme de fazer as coisas acontecer, coisa aliás que é quase mantra para a banda: mexer-se e fazer acontecer”, garante o guitarrista.

Quanto ao novo álbum, Bruno Monteiro partilha que, dada a “boa



experiência” na produção do single BITE, a banda pretende seguir com o projeto com o produtor Makoto, encontrando-se já em fase de pré-produção. “Tínhamos já muitos temas compostos e outros novos já em construção, sempre com a ideia de gravarmos um álbum brevemente”, vincando que os membros da banda estão entusiasmados com esta nova parceria, e confiantes nas ideias que têm surgido.

A banda madeirense, que já deu três concertos na Madeira, diz ter memórias incríveis desses momentos. “Jogar «em casa» é sempre do melhor” exprime o guitarrista dos JOAG, partilhando que estão a ser ajeitados pormenores para uma passagem na ilha. “Gostávamos que fosse ainda este ano e que o possamos anunciar em breve. Vamos ver!”.

A banda define a sonoridade de

JOAG como rock clássico com um toque moderno. Bruno Monteiro explica que tal significa “rock sem demasiados artificialismos, mas sem ser antiquado, tanto na composição como na própria sonoridade”, sendo que as influências dos elementos da banda passam por grandes bandas do rock clássico, como Led Zeppelin, mas depois há gostos muito diferenciados por entre os

membros. “A sonoridade da banda ganha com essa mescla, o som é mais eclético de raiz, logo na conceção”.

Jesus or a Gun é composta pelos membros Dieter Pereira no vocal e guitarra ritmo, Nuno Correia no baixo, Rodrigo Carvalho na bateria, e Bruno Monteiro na guitarra solo. A música da banda pode ser ouvida nas plataformas Spotify, Apple Music e YouTube. ■

LAZER

Exposição Da Raiz ao Núcleo” da artista plástica

Teresa Gonçalves Lobo

A exposição, patente até ao dia 31 de julho de 2022, é composta por cerca de duas dezenas de obras e dissemina-se por vários espaços da Assembleia Legislativa da Madeira, um projeto artístico concebido especialmente para o espaço. A mostra baseia-se no livro-catálogo homónimo, cuja publicação foi apoiada pelo Parlamento regional.

Teresa Gonçalves Lobo nasceu em 1968 no Funchal e vive e trabalha em Lisboa e no Funchal, onde tem os seus ateliers. O seu trabalho, que se iniciou há cerca de 20 anos, centra-se no desenho, com uma obra



reconhecida no país e a nível internacional. É hoje representada em Londres pela galeria WATERHOUSE & DODD. No âmbito da exposição será desenvolvido um programa de visitas orientadas pela própria artista. A exposição pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 18h00.

Exposição fotográfica ‘LAvAmAr’ na Galeria Restock

A exposição do fotógrafo Miguel Leitão Jardim abre ao público no dia 9 de abril a partir das 14h00, e estará disponível até dia 8 de junho.

A série de dez fotografias remete para as falhas, representadas pela escuridão por entre as pedras basálticas, que a vida insular



Realizador João Brás estreia 'Non-Player Character' este ano

O realizador João Brás, de 22 anos, tem visto os seus trabalhos a serem reconhecidos em festivais de cinema nacionais e internacionais, sendo que os seus filmes 'Veranico' e 'Cacos' resultaram no prémio de Best Director no Islands International Short Film Fest e no Audience Awards, respetivamente. Agora, o realizador madeirense está a preparar a estreia da sua nova curta-metragem 'Non-Player Character', prevista para este ano, e que pretende que marque presença nos festivais. Tal não deverá ser difícil, tendo em conta a presença assídua do jovem cineasta nestes espaços: no festival Creative Film Awards, em Los Angeles, João Brás foi finalista. O seu filme 'Veranico' já esteve presente em vários festivais, inclusive o Festival de Cinema Jovem de Famalicão e na Mostra de Cinema Português, entre muitos outros.

Quanto ao novo filme, que conta no elenco com nomes como Mária Cruz e Filipe Amorim, João Brás diz ao Económico Madeira que não pode ainda revelar muito, mas que "fala sobre um rapaz que se chama Rui e que questiona a sua própria vida", revela, acrescentando que "este filme surgiu da ideia de André Marques e depois foi rees-

critado pelo Filipe Amorim. É um filme que retrata um tema muito atual da saúde mental".

O cineasta partilha que o seu gosto pelo cinema surgiu "muito cedo", em particular o interesse em perceber como funcionava o *behind the scenes* de um filme. "Acredito que também tive influência do meu pai, quando ele era mais novo gravava eventos ou casamentos e foi o mesmo que me deu a minha primeira câmara de filmar. Acho que também o facto de ter uma família que incentiva para as artes fez com que pudesse explorar esta área sem medos", revela João Brás. Quanto aquilo que inspira o artista, este considera que são tantas as fontes de inspiração, e tantos os artistas, que é difícil de enumerar. "O meu trabalho acaba por ser um conjunto de ensinamentos que aprendi e continuo a aprender e que quero passar num filme para uma plateia poder também aprender ou pelo menos perceber que o mundo está cheio de histórias por contar", explica.

O realizador revela também que está atualmente a planear a sua primeira curta-metragem. Entretanto, a sua curta 'Cacos' vai estar no dia 21 de Abril no Cinema São Jorge, no Festival Política. ■ CGS

CULTURA

Exposição "Trinus"

Até 4 de junho na Galeria do MUDAS.Museu de Arte Contemporânea da Madeira, estará patente a mostra 'Trinus', de Cláudio Garrudo, numa parceria entre o MUDAS.Museu/SRTC-DRC e a Galeria das Salgadeiras.

A mostra, composta por obras de fotografia e vídeo, tem curadoria de Ana Matos e marca o regresso de Cláudio Garrudo à Madeira após a sua última exposição na Região: 'Quintetos — A celebração do incontornável' que teve lugar em 2015.



Peça 'Livrai-nos da Peste' no Teatro Baltazar Dias

Entre 8 a 13 de abril o Teatro Baltazar Dias apresenta a peça de Teatro 'Livrai-nos da Peste'. A história centra-se em duas narrativas afastadas por quinhentos anos, estabelecendo um paralelismo entre as pandemias da Peste Negra de 1521 e a Covid-19, em 2021, na cidade do Funchal. A peça é uma opereta, com dramaturgia e encenação por Filipe Gouveia. Um projeto levado a cabo pela Associação Cultural de Teatro, Música e Dança, a peça será exibida no Teatro Municipal Baltazar Dias, nos dias 8 e 9 de abril às 21h00, no dia 10 de abril às 18h00 e dia 13 de abril às 21h00.

Concerto FATUM: 10 anos de Fado Académica da Madeira

Os FATUM, o grupo de Fados da Académica da Madeira, irão dar um concerto no Teatro Baltazar dias no dia 29 de abril às 21h00. O grupo irá apresentar o seu terceiro álbum e interpretar temas inéditos no seu repertório. As músicas do novo disco têm a sua origem nos tributos que a Académica da Madeira levou ao palco do Teatro Municipal Baltazar Dias. O espetáculo irá prestar homenagem a Carlos do Carmo, fadista português.



Exposição "A Ilha do Imperador" na Quinta Magnólia - Centro Cultural

A Exposição "A Ilha do Imperador" estará disponível de 2 a 30 de abril na Quinta Magnólia - Centro Cultural. A mostra celebra o centenário da morte do Imperador Carlos de Áustria.

Workshop de caligrafia japonesa

No dia 16 de abril às 10h00, irá decorrer um workshop de caligrafia japonesa e pintura sumi-e No Cowork Funchal. O workshop terá duração de duas horas e será guiado por Diogo Cardoso. O custo é de 30 euros. É possível proceder à inscrição mandando mensagem privada à conta de Instagram @yuujin__art



traz aqueles que aspiram conhecimento, do tipo que apenas é alcançável através das viagens e contacto com outras culturas. Miguel Leitão Jardim inspira a sua obra na pessoa e obra de António Aragão, artista e historiador madeirense que considera possuir extrema criatividade e "não-conformismo".

Festival do Rum da Madeira 2022

A quarta edição do Festival do Rum da Madeira tomará lugar entre 21 a 24 de abril de 2022, na placa central da Avenida Arriaga, no Funchal.

À semelhança das outras edições, este evento terá um ambiente informal e contará



com a presença dos Produtores de Rum da Madeira e de prescritores e embaixadores internacionais de rum.

Música nos Museus no dia 29 abril

O Museu a Cidade do Açúcar volta a promover a iniciativa "Música nos Museus", desta vez com um concerto no dia 29 de abril. O evento contará com atuação de Mariana Camacho, que irá cantar além de temas originais, covers como 'Cio da Terra', de Milton Nascimento e Chico Buarque e 'Sugar Cane Fields Forever' de Caetano Veloso. O evento decorrerá às 19h00. Os bilhetes poderão ser adquiridos através da bilheteira Teatro Baltazar Dias ou através da

Ticket-line. O valor do bilhete é de cinco euros e a lotação de 50 pessoas.

Atelier de Páscoa no Museu da Baleia atelier de pascoa 6, 7 8 abril

O projeto ATL de Páscoa é promovido pelo Museu da Baleia da Madeira (MBM) nos dias 6, 7 e 8 de abril e destina-se a crianças dos 6 aos 12 anos. O projeto tem como objetivo orientar criativamente os tempos livres das crianças, através da dinamização de atividades diversas, de carácter lúdico e educativo, e promover a dinamização do espaço e serviço museológico. O evento carece de inscrição, cujo link pode ser encontrado na página de Facebook do Museu da Baleia.



A FECHAR

Madeira com excedente de 9,4 milhões

A Madeira apresentou em fevereiro deste ano um excedente orçamental de 9,4 milhões de euros, com um aumento da despesa de 4,3% e uma subida ligeira da receita de 1% face ao período homólogo.

**Valor mediano da avaliação bancária de habitação aumenta 8,4%**

Em fevereiro de 2022, o valor mediano da avaliação bancária de habitação na Região Autónoma da Madeira aumentou 8,4% face ao mesmo mês do ano anterior, embora tenha registado um decréscimo de 0,2% face a janeiro deste ano, com o valor mediano a situar-se nos 1.292 euros por metro quadrado.

Desemprego registado desce 0,2% na Madeira

O desemprego registado desceu 0,2% na Madeira em fevereiro comparativamente ao mês anterior, dizem os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Em fevereiro estavam registados 14.443 desempregados.

Salários médios aumentaram 4% na Região

O salário bruto médio mensal aumentou 4% na Madeira em 2021, para 1.308 euros. A componente regular (sem horas extra e subsídios) subiu 3,7% para 1.085 euros, ao passo que a remuneração base cresceu 3,5% para 1.041 euros.

ENSINO SUPERIOR

Universidade da Madeira lança MBA em Gestão de Empresas Turísticas

O coordenador do curso salienta que este MBA tem particular importância numa região como a Madeira em que o Turismo representa 26% do PIB e por identificar falta de qualificações a nível dos quadros intermédios.

LAURA LEÓN

lleon@jornaleconomico.pt

A Universidade da Madeira (UMa) vai lançar um MBA em Gestão de Empresas Turísticas com um limite de 20 alunos, com a coordenação do curso a cargo dos professores Luiz Pinto Machado e António Almeida. Ao Económico Madeira, Luiz Pinto Machado destaca que, ao contrário dos mestrados e das licenciaturas, este curso não tem grau académico, e que por isso aceita pessoas que não tenham Licenciatura, desde que comprovem pelo menos cinco anos de experiência em cargos de chefia. Em traços breves, o coordenador do curso realça que o MBA pretende a valorização dos recursos humanos, a melhoria da eficiência das empresas e também a ligação do setor turístico à academia.

Luiz Pinto Machado vinca que o MBA tem o custo de 2.500 euros, “três vezes menos do que aquilo que se paga no continente”, para o período de um ano letivo.

A ideia é que o curso comece na última semana de abril e se faça o primeiro semestre até meio de julho e depois arrancar com o segundo semestre em setembro, que se prolongará até dezembro.

O coordenador do curso realça que este MBA conta com a participação de várias pessoas de destaque pelos cargos que ocupam ou já ocuparam, nomeadamente o diretor do Aeroporto da Madeira e antigo diretor executivo da Associação de Promoção da Madeira (APM), Roberto Santa Clara, o diretor executivo da Savoy Signature e antigo diretor regional do Turismo, Bruno Freitas, o presidente da Ordem dos Economistas, Paulo Pereira, o administrador de operações do grupo Meliá, Manuel Duarte, o diretor regional de Estatística, Paulo Vieira, e o ex-presidente da Ordem dos Econo-



Foto Cedida

Luiz Pinto Machado acredita que este curso contribui para aumentar a produtividade e eficiência dos trabalhadores e, por consequência, também trazer melhorias salariais

mistas e hoteleiro, André Barreto.

“Depois teremos ainda alguns seminários e conferências com pessoas de referência, que, por não terem disponibilidade para dar aulas, ofereceram-se para dar seminários específicos”, sublinha.

Em termos de estrutura, o curso tem quatro alicerces. O primeiro que engloba a parte do marketing e da promoção, outro é a parte da gestão financeira e análise de projeto, depois temos a parte da liderança e gestão de equipas e, por fim, a parte de direito e fiscalidade.

Curso deve evoluir para mestrado

Luiz Pinto Machado realça que a intenção é que o MBA evolua no futuro para Mestrado e que depois se vá intercalando o MBA com o Mestrado.

“A intenção é continuar. Se isto

correr bem, estamos a pensar fazer novamente daqui a dois anos e intercalar com Mestrado, porque às tantas também se esgotam os alunos e a procura pode ser muito elevada agora e se arrancar para o próximo ano pode já não haver alunos”, frisa.

O coordenador do curso salienta que este curso tem particular importância numa região como a Madeira em que o turismo representa 26% do PIB e por ser um setor em que “para além da necessidade de recursos humanos em termos gerais, há também uma falta de formação dos quadros intermédios, e mesmo dos quadros superiores”.

“Nós sabemos que muitos dos quadros das empresas turísticas são pessoas que vêm da tarimba, que têm o seu valor mas muitas vezes não têm formação que lhes

permita atingir a melhor performance”, sublinha, acrescentando que “as pessoas ao terem uma maior capacitação vão também aumentar o seu nível de conhecimento e consequentemente o nível de produtividade e de eficiência no trabalho e atrás disso vem também uma melhoria do salário”.

“As estatísticas da Região mostram que existe uma clara falta de performance nas empresas turísticas. Basta olhar, por exemplo, para o RevPar e para os resultados líquidos das empresas do turismo, portanto nós precisamos de ser mais eficientes e até de tornar este negócio mais atrativo. Se compararmos o nosso RevPar com o de Lisboa ou de Canárias, temos um valor significativamente mais baixo, ora, isto não é mais do que falta de eficiência”, defende.

Este é o único MBA que a UMa tem atualmente, depois de o último, que foi promovido pela Ordem dos Economistas e pela Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF) ter terminado há dez anos.

“A título de exemplo, nessa altura, o valor das propinas eram cerca de seis mil euros, portanto estamos com um preço muito competitivo e no futuro não sabemos se isto não poderá ser mais caro”, vinca Luiz Pinto Machado.

Previstas equivalências em cadeiras de Mestrado ou de Licenciatura

O coordenador do curso faz questão de salientar que os alunos que completarem este MBA poderão depois ter algumas equivalências caso queiram seguir para uma Licenciatura, ou, no caso dos que já são licenciados, para Mestrado.

“A nossa intenção é também que as pessoas depois possam aproveitar os créditos para prosseguir para Mestrado ou para Licenciatura. ■